



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO
DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA SEMINÁRIO DE
MONOGRAFIA II**

GENIVAL JUSTO NETO

**ANALISE BIBLIOMÉTRICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE A
ABORDAGEM DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REVISTA
MOVIMENTO NO PERÍODO DE 2001 À 2021**

JOÃO PESSOA/ PB

2021

**ANALISE BIBLIOMÉTRICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE A
ABORDAGEM DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REVISTA
MOVIMENTO NO PERÍODO DE 2001 A 2021**

GENIVAL JUSTO NETO

Projeto TCC apresentado à disciplina de Seminários de Monografia II do curso de Licenciatura em Educação Física, ministrada pela professor Dra. Laise Tavares Padilha Bezerra, do Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção da última nota.

JOÃO PESSOA/PB

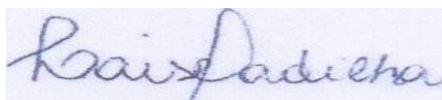
GENIVAL JUSTO NETO

ANALISE BIBLIOMÉTRICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE A ABORDAGEM DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REVISTA MOVIMENTO NO PERÍODO DE 2001 À 2021.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à disciplina Seminário de Monografia II com
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciado em Educação Física da
Universidade Federal da Paraíba.

Monografia aprovada em: 29 /06 /2021

Banca examinadora



Profa. Laise Tavares Padilha Bezerra
Orientador(a)



Profa. Elaine Cappellazzo Souto

Membro



Profa. Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamin
Membro

João Pessoa
2021

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

J96a Justo Neto, Genival.

Análise bibliométrica e análise de conteúdo sobre a abordagem do transtorno do espectro autista, na revista movimento no período de 2001 à 2021 / Genival Justo Neto. - João Pessoa, 2021.

44 f. : il.

Orientação: Laise Tavares Padilha Bezerra.
TCC (Graduação) - UFPB/CCS.

1. Autismo. 2. Educação física. I. Bezerra, Laise Tavares Padilha. II. Título.

UFPB/CCS

CDU 616.89:796

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista popularmente conhecido como autismo, é considerado um transtorno de desenvolvimento neurológico, que acomete um em cada 200 indivíduos. A Educação Física é bastante importante para a sociedade e está presente na vida humana desde a antiguidade. Sendo assim, acreditamos que é de grande importância a realização de pesquisas que abordem tal temática, pois estas podem promover melhorias na qualidade de vida desse público. O presente estudo tem como objetivo geral analisar como o tema autismo é retratado no periódico Revista Movimento no período de 2001 a 2021. Como objetivos específicos buscou-se identificar as principais características do autismo; observar as políticas públicas existentes relacionadas à Educação Inclusiva; além de realizar uma análise bibliométrica a respeito da forma como o tema autismo é tratado no periódico Movimento. A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa de caráter documental, exploratória, descritiva, quantitativa e qualitativa. Além disso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo associada à análise bibliométrica por meio do uso das leis de Lotka, Bradford e Zipf. Observamos que este acaba sendo um tema pouco abordado e que nas publicações analisadas os autores ressaltam a forma como as estratégias utilizadas por estes influenciam no desenvolvimento da criança autista. Tal análise nos possibilitou verificar que todos os trabalhos analisados fizeram referência à importância do papel do professor no trabalho com as crianças autistas. Ressaltamos que devem cada vez mais buscar estratégias que possam facilitar esse processo de inclusão da mesma.

Palavras-chave: Autismo. Educação Física. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

Autistic Spectrum Disorder, popularly known as autism, is considered a neurological development disorder, which affects one in every 200 individuals. Physical Education is very important for society and has been present in human life since antiquity. Therefore, we believe that it is of great importance to carry out research that addresses this issue, as these can promote improvements in the quality of life of this public. The present study aims to analyze how the theme of autism is portrayed in the journal *Revista Movimento* from 2001 to 2021. As specific objectives, we sought to identify the main characteristics of autism; observe the existing public policies related to Inclusive Education; in addition to performing a bibliometric analysis on how the topic of autism is treated in the journal *Movimento*. The methodology used is a documentary, exploratory, descriptive, quantitative and qualitative research. In addition, the content analysis analysis technique associated with bibliometric analysis through the use of Lotka, Bradford and Zipf laws was used. We observed that this topic ends up being little discussed and that in the publications analyzed the authors emphasize how the strategies used by them influence the development of the autistic child. This analysis allowed us to verify that all the works analyzed made reference to the importance of the teacher's role. in working with autistic children. We emphasize that they must increasingly seek strategies that can facilitate this process of inclusion.

Keywords: Autism. PE. Inclusion. Autistic Spectrum Dis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MARCO TEÓRICO	9
2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO SOCIAL	10
2.1.1 A Educação Física e sua importância no âmbito escolar	10
2.2 A INCLUSÃO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTEGRAÇÃO	11
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA	13
2.4 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	14
2.4.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista	14
2.4.2 Inclusão do Autista nas aulas de Educação Física.....	16
2.4.3 A atuação do professor na inclusão de crianças e adolescentes autistas nas aulas de Educação Física	17
2.4.4 A família da criança e adolescente portadora de Autismo	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.1 CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA.....	20
3.1.1 Pesquisa Documental	20
3.1.2 Pesquisa Exploratória e Descritiva	21
3.1.3 Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.....	21
3.1.4 Técnica de análise bibliométrica.....	21
3.1.4.1 Análise de conteúdo.....	22
3.1.4.2 Leis de análise bibliométrica.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO	26
4.2 ANÁLISE DE LOTKA	29
4.2 ANÁLISE DE ZIPF	32
4.4 ANÁLISE DO ARTIGO POR MEIO DA FILIAÇÃO DOS AUTORES	33
4.5 ANÁLISE DE PRICE PARA CITAÇÕES	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), popularmente conhecido como autismo, é considerado um transtorno de desenvolvimento neurológico, que tem como principal característica a comunicação atípica e a dificuldade de interação social (APA, 2002). Este transtorno é permanente, não há cura, sendo a intervenção precoce responsável pela melhoria dos sintomas da doença.

De acordo com Klin (2006), o TEA acomete um em cada 200 indivíduos, sendo mais frequente entre os indivíduos do gênero masculino, que são quatro vezes mais acometidos pela doença do que as pessoas do gênero feminino. Na maioria dos casos de autismo este é associado como deficiência mental em cerca de 70 a 90% (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004). Diante desses dados percebe-se que cada vez mais há o aumento de diagnósticos de indivíduos com autismo, o que pode ser consequência do aumento de serviços de referência que trabalham com a população que possui esse transtorno (BRASIL, 2012). Aliado a isso, existe ainda um maior nível de conhecimento entre profissionais da saúde, educadores e a comunidade em geral a respeito do TEA (HILL; ZUCKERMAN; FOMBONNE, 2014).

A Educação Física (EF) é bastante importante para a sociedade e está presente na vida humana desde a antiguidade, quando era inicialmente algo mais voltado apenas para jogos e movimentos militares, onde prevalecia o mecanismo dos movimentos e a técnica. Logo após veio o movimento onde a Educação Física passou a ter como objetivo a mudança da aparência física na busca pelo corpo perfeito por parte dos que praticavam. A educação física sempre teve uma grande abrangência de atividades e hoje como disciplina obrigatória, a Educação Física Escolar, presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está inclusa como disciplina desde o Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, preocupando-se em levar ao aluno o conhecimento de si próprio e do seu corpo por meio de danças, lutas, jogos, esportes e ginásticas. No ambiente escolar a Educação Física está na maioria das vezes ligada a prática de exercícios, por meio de atividades que promovam a integração dos alunos. Porém, os indivíduos com TEA apresentam certa resistência no que diz respeito a estar em grupos, o que acaba provocando a exclusão destes nas atividades desenvolvidas. Sendo assim, reconhecemos a importância do profissional de Educação Física na escola, haja vista que este tem o papel de transmitir aos alunos o conhecimento dos seus corpos, além de demonstrar as

possibilidades que eles podem explorar através da prática de exercícios. Além disso, quando trata-se dos alunos com necessidades especiais, a exemplo dos autistas, estes profissionais tem o dever de tentar promover a integração destes em suas aulas, criando ações que visem promover a adaptação destes ao ambiente escolar, e trazendo elementos que colaborem para a inclusão, a cooperação entre os alunos e o respeito.

Sendo assim, acreditamos que é de grande importância a realização de pesquisas que abordem tal temática, pois estas podem promover melhorias na qualidade de vida desse público. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como o tema autismo é retratado no periódico Revista Movimento no período de 2001 a 2021. Como objetivos específicos buscou-se identificar as principais características do autismo; observar as políticas públicas existentes relacionadas à Educação Inclusiva; além de realizar uma análise bibliométrica a respeito da forma como o tema autismo é tratado no periódico Movimento.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO SOCIAL

2.1.1 A Educação Física e sua importância no âmbito escolar

As aulas de EF podem ser empregadas desde o ensino básico até o ensino médio, estas são de extrema importância no que diz respeito na formação do indivíduo, pois apesar de ser vista por muitos apenas como um momento de recreação e de jogos esta também proporciona o desenvolvimento do conhecimento corporal por parte dos alunos.

A EF propicia um despertar nos alunos referentes ao interesse em envolver-se com as atividades e exercícios corporais criando convivências harmônicas e construtivas com outros indivíduos, sendo capazes de reconhecer e respeitar as características físicas e desempenho de si próprio e de outros indivíduos, não excluindo e nem depreciando outras pessoas por qualidades e peculiaridades como aspectos físicos, sexuais e ou sociais (TOMÉ, 2007).

Nos

momentos de recreação e jogos esportivos as aulas de EF podem ajudar o aluno a ter atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade para com o próximo, valorizando, conhecendo e aceitando a exposição da cultura corporal dos diferentes grupos, transfazendo em meios para o convívio entre pessoas de diferentes círculos sociais.

A educação física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então a tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida (BETTI; ZULLIANI, 2002, p. 75).

De acordo com os dados do Censo Escolar, em 1998, cerca de 200 mil pessoas com algum tipo de deficiência estavam matriculadas na educação básica, destas apenas 13% em classes comuns. Enquanto em 2014, esse número de alunos com deficiência subiu para cerca de 900 mil, sendo 79% destes frequentando turmas regulares (PORTAL BRASIL, 2015). Diante disso,

cabe aos profissionais da área de Educação Física se prepararem cada vez mais para poder incluir esses alunos em suas aulas, melhorando assim o convívio social e desenvolvimento físico destes. Muitos pais de indivíduos com necessidades especiais têm buscado as escolas, sejam elas públicas e/ou particulares, para que seus filhos tenham um ensino “comum”, propiciando que haja a interação dessas crianças com seus filhos e buscando a inclusão das mesmas na sociedade.

2.2 A INCLUSÃO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTEGRAÇÃO

O direito a Educação é previsto por lei desde o ano de 1988, por meio da Constituição Federal Brasileira e em 1990 através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, a caminhada histórica da inclusão teve sua demarcação na década de 90, quando foram realizadas inúmeras convenções internacionais em diferentes países e também continentes. A exemplo disso houve a Convenção Mundial de Educação Para Todos, realizada no ano de 1990, no qual foram aprovados em assembleia artigos de extrema importância que garantiam a democratização e o direito de ensino para todos, independentemente das individualidades e diferenças particulares dos alunos (PIRES, 2006). Além disso, nesse período a Educação Inclusiva era fundamentada ainda em documentos como a Política Nacional de Educação Especial, criada em 1994, o Plano Decenal de Educação para Todos, implantado em 1993 (GARCIA; MICHELS, 2011).

Logo após, no ano de 1994, foi criada a Declaração de Salamanca, no qual a Educação Inclusiva foi mais uma vez parte da temática abordada no evento. Através desta declaração ficou evidenciado que a escola inclusiva é aquela que promove, sempre que possível, a aprendizagem das crianças juntas, não havendo a exclusão em virtude de qualquer dificuldade ou diferença que esta apresente em relação aos demais. Para isso, destaca-se que é dever da escola adequar o Projeto Político Pedagógico as necessidades dos alunos (1994).

Essas crianças também têm o direito de participarem do Atendimento Educacional Especializado (AEE), implantado por meio do Decreto nº 6.253, de

13 de novembro de 2007, no qual ficou estabelecido que estes AEE devem ser realizados como forma de favorecer a inclusão da criança com deficiência. Estes devem ainda ser ofertados de maneira obrigatória nos sistemas de ensino, devendo ser realizados no turno inverso ao da classe comum, podendo ainda ser realizado na própria escola ou em algum centro especializado (BRASIL, 2010). O artigo 3º do Decreto nº 6.253, traz como objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2007).

Implantado no ano de 2010, o documento denominado “Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” deixa claro que o sistema de ensino deve favorecer a promoção da aprendizagem, atendendo as necessidades de todos os alunos, mas sempre valorizando e respeitando as diferenças entre estes (BRASIL, 2010).

Atualmente, as políticas públicas, juntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS), permitem que a pessoa com necessidades especiais tenha acesso aos serviços de saúde por meio de Centros Especializados em Reabilitação (CER II). Implantado desde 2011 estes atuam promovendo a garantia dos direitos das pessoas com deficiência seja por meio de reabilitação física, auditiva, visual e/ou cognitiva (BRASIL, 2017).

Nesses CER II podem ser atendidas as crianças portadoras de TEA, pois de acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de novembro de 2012, estes são considerados pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

Em 2013, o Ministério da Saúde implantou duas cartilhas direcionadas ao tratamento de pessoas com o TEA, sendo a primeira cartilha denominada: "Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)" e a segunda "Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com

Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde". De acordo com a primeira cartilha o autismo deve ser tratado como qualquer outra deficiência, sendo o foco deste nas ações de reabilitação. Enquanto a segunda cartilha indica que o TEA deve ser tratado no ramo dos transtornos mentais, cujo acompanhamento deve ser realizado junto à rede de atenção psicossocial (OLIVEIRA et al., 2017).

Em 2014, a Lei de nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu como meta para a Educação Inclusiva a universalização do acesso à educação básica, entre os indivíduos de quatro a dezessete anos de idade garantindo o acesso na rede regular de ensino e o direito ao Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2014).

A inclusão é uma ação mundial de luta em busca dos direitos e de um lugar na sociedade, essa é a luta de muitos familiares e pessoas com algum tipo de deficiência ou diferença que não condiz com a cultura de igualdade imposta pela sociedade. O protótipo da inclusão está ao decorrer dos anos em busca da não exclusão escolar com o propósito de garantir através de ações a garantia do acesso e estabilidade do aluno com deficiência nas aulas do ensino regular (PAULO; NARA, 2012).

Nos dias atuais o objetivo da política social e educacional é a inclusão. Quando se trata de educação, a inclusão incorpora um processo de reforma e reformulação das escolas, com propósito de garantir que todos os alunos, tenham acesso às inúmeras oportunidades e atividades educacionais e sociais dadas pela escola.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Atualmente o mundo ainda vive um momento de muita luta pelos direitos dos grupos menores, excluídos e segregados, lutando por sua inclusão social. Em relação à educação, o processo se denomina educação inclusiva, cujo principal objetivo é assegurar uma escola democrática onde todos sejam atendidos, independentemente da diversidade, sendo respeitados e valorizados (LOPES, 2011).

A educação inclusiva em seu conceito possui um estatuto proeminente em todo o mundo em virtude de sua inserção nos documentos relativos à política de várias organizações internacionais, com ênfase nas Nações Unidas (FLORIAN, TILSTONE; ROSE, 1998).

Incluída na BNCC a Educação Física não dialoga muito com a inclusão dos alunos que necessitam de atenção especial por parte do professor. O tema da inclusão não tem sido tratado como deveria nas aulas de Educação Física, aqueles que não se enquadram nos padrões esperados são muitas vezes “escanteados” por não estarem aptos a realizar as atividades desportivas que são corriqueiras nas aulas de EF fazendo com que sejam encarados como incapazes.

A concretização da inclusão requer a ultrapassagem de muitos desafios, alguns deles quanto à definição de formas pedagógicas mais atuais, qualificação dos professores para serem capazes trabalhar com as diferenças, os alunos e as crianças e adolescentes autistas que necessitam de um atendimento “especial”, buscando integrar-se ativamente ao processo de inclusão (SOUZA et al., 2009). Segundo Lopes (2012, p.

17):

Devido às dificuldades qualitativas na interação, comunicação e até mesmo na imaginação, o convívio da criança autista, por meio da inclusão com as outras crianças do ensino regular, no ambiente escolar, é de grande valor, pois estimula o desenvolvimento de suas capacidades interativas impedindo o seu isolamento. Como inclusão é uma forma de movimento mundial na busca de direitos e lugar na sociedade, o local que vai acolher o aluno autista deverá modificar-se e preparar-se para recebê-lo de forma que ele se sinta confiante, tanto com quem irá acompanhar o seu desenvolvimento como também em relação ao ambiente.

2.4 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

2.4.1 Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista, popularmente conhecido como autismo, também pode ser considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), no qual fazem parte deste grupo de TGD as doenças que causam alterações na interação social e comunicativa do indivíduo (TAMANAHA; PERISSINOTO: BRASILIA, 2008).

O TEA é caracterizado por um desenvolvimento intelectual desequilibrado que afeta também a parte social do indivíduo. Além disso, o indivíduo pode apresentar ainda comprometimento intelectual e de linguagem; comportamentos padronizados, restritos e repetitivos. Geralmente os primeiros sintomas são identificados antes dos dois anos de idade (APA, 2014). É considerado um distúrbio neurofisiológico e a sua causa é desconhecida, no entanto, alguns investigadores atribuem-no a alterações bioquímicas, já outros associam a distúrbios metabólicos hereditários, encefalites, meningites, rubéola contraída antes do nascimento, ou até as lesões cerebrais (SCHÜLER-FACCINI et al., 2010). Porém, apesar do aumento de estudos sobre a temática ainda existem bastantes incertezas e dúvidas na relação da principal causa do Autismo.

Hoje geralmente é aceito que as perturbações incluídas no espectro do autismo, perturbações globais do desenvolvimento nos sistemas de classificação correntes internacionais, são perturbações neuropsiquiátricas que apresentam uma grande variedade de expressões clínicas e resultam de disfunções do desenvolvimento do sistema nervoso centrais multifatoriais (Descrição do Autismo, Autism-Europe, 2000).

O autismo é uma perturbação global do desenvolvimento infantil que se prolonga por toda a vida e evolui com a idade. No período da adolescência os sintomas característicos da doença tornam-se ainda mais difícil, pois as características do autismo são somadas aos problemas da adolescência, podendo dificultar ainda mais o convívio social destes, causando atos de autoagressividade ou agressividade para com as outras pessoas.

As pessoas com autismo têm uma grande dificuldade, ou até mesmo incapacidade de se comunicar, seja de maneira verbal ou não verbal. Em virtude dessa limitação é necessário que estes indivíduos sejam submetidos a tratamentos como forma de facilitar a socialização destes (SOUSA et al., 2009; PERISSINOTO, 2004).

2.4.2 Inclusão do Autista nas aulas de Educação Física

O conceito de Inclusão no campo específico da Educação provoca a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva, precisa desenvolver políticas culturais e práticas que aumentam a contribuição de cada aluno para a construção de um conhecimento, e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação (VELTRONE, 2008).

A Educação Especial está inserida na Educação Inclusiva que por sua vez encontra-se implantada na escola de ensino regular, transformando assim uma escola não somente para os neurotípicos, e sim uma escola para todos. Favorecendo a diversidade, uma vez que se considera que qualquer aluno pode apresentar necessidades educacionais especiais em algum momento da sua vida acadêmica (ALONDO, 2013).

De acordo com Belisário Júnior; Cunha (2010):

Através da inclusão escolar a criança Autista tem a chance de vivenciar a variação entre o que ela costuma viver todos os dias como a sua rotina e algo novo que venha acontecer de forma diferente nas aulas. Isso permite uma experiência diferente e imprevisível no ambiente social.

Os objetivos principais do tratamento e da educação de uma criança com autismo são reduzir os comportamentos mal adaptativos e promover o aprendizado, principalmente à aquisição de linguagem, do autocuidado e de habilidades sociais (MARTINS, 2003).

Um dos papéis do professor de EF é estimular as variedades e as potencialidades do autista com atividades lúdicas e jogos adaptados às necessidades de cada indivíduo ou grupo, mas para isso o professor tem que conquistar o autista para poder ajudá-lo durante as aulas, assim que conseguir isso, as aulas passam a fluir mais naturalmente.

A adaptação do professor ao aluno autista, bem como a convivência natural com os demais colegas da sala, criará um ambiente propício para o que todo

professor deveria buscar: sempre buscando estimular a autonomia e a aprendizagem de todo o grupo. Tratá-los da mesma forma que tratamos outros alunos, considerando suas particularidades; conversar e elogiar, caso haja motivo para tal; trazer questionamentos; buscar, sempre que possível contato visual; essas são condições que, certamente, contribuirão para o aprendizado desses alunos.

Usar a rotina, aspecto presente na vida do autista, de maneira positiva, proporcionando efetiva participação do autista na aula de EF é bastante útil, trazer a rotina para atividades até que seja interessante fazer a alternância ou mudança destas e buscar atividades em grupo, mas não esquecer que as atividades individualizadas surtem um efeito considerável no caso dos alunos autistas.

Ambientes simplificados e organizados auxiliam na identificação visual e direcionamento de estímulos relevantes, quanto menos informação melhor haja vista que o aluno autista sempre absorve mais com poucas informações.

2.4.3 A atuação do professor na inclusão de crianças e adolescentes autistas nas aulas de Educação Física

O comprometimento do professor e da escola é fundamental na vida de qualquer pessoa no âmbito educacional, e quando se trata de crianças autistas não há diferença na importância. Porém, é necessária uma visão diferente no nível de atenção, sendo um pouco maior do que com as outras crianças, utilizando os métodos ideais e a elaboração de estratégias que permitam ao professor ser capaz de alcançar o desenvolvimento e estimular as capacidades físicas e cognitivas, na interação e autonomia das crianças Autistas (LOPES, 2011).

Segundo Fernandes (2015, p. 24):

O desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades especiais nas aulas deve acontecer por meio de atividades adaptadas, propostas pelo professor, comprometidas em não excluí-los das aulas, como ocorre com frequência nas escolas de ensino regular, com a desculpa de adotar essa prática para preservar o aluno de qualquer eventualidade que possa acontecer no decorrer das mesmas.

A EF adaptada tem como objetivo integrar os alunos com necessidades especiais. Nos autistas isto é feito de forma que sejam criadas ações que visem promover a adaptação destes ao ambiente escolar, buscando sempre trazer elementos que colaborem para a inclusão, a cooperação entre os alunos e o respeito.

Sendo assim, é indispensável que o professor tenha o conhecimento sobre a deficiência do aluno com o qual ele irá trabalhar em sala de aula, pois o sucesso do desenvolvimento do Autista dependerá bastante do conhecimento do professor.

A Educação Física escolar é uma disciplina que faz parte do currículo básico, como as outras, devendo conter um conteúdo programático, organizado, atualizado, e que instrua os alunos para as atividades, promovendo seu desenvolvimento harmonioso. Porém, a participação de todos os alunos, sem exceção, é fundamental para o bom desempenho da aula, para que ela possa contribuir com o seu desenvolvimento afetivo, psicomotor e cognitivo (SILVA, 2013).

O dever do professor de EF no ensino do aluno autista consiste principalmente em ter paciência e insistência para a elaboração de um plano de aula estruturado a fim de atender o aluno de forma correta para estabelecer um vínculo de afetividade, além de trabalhar no desenvolvimento da independência e preservar a rotina de atividades, tendo maior cuidado com aquelas que tenham regras, atividades complexas e gincanas, que podem ocasionar descontentamento, incômodo e falta de interesse dos escolares autistas pelas aulas de EF por terem diferentes níveis de comprometimento.

2.4.4 A família da criança e adolescente portadora de Autismo

Um processo de inclusão escolar consciente e responsável não acontece somente no âmbito escolar e deve seguir alguns critérios. A família do indivíduo portador de autismo possui um papel extremamente crucial no sucesso da

inclusão. Sabemos que se trata de famílias que experimentam dores psíquicas em diversas fases da vida, desde o momento da notícia da deficiência e durante as fases do desenvolvimento, quando a comparação com demais indivíduos é frequente.

A família pode contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento da criança com autismo na escola, principalmente fornecendo aos profissionais informações sobre as formas de comunicação da criança ou adolescente. Havendo pelo menos uma forma de comunicação utilizada pela criança, outras podem ser envolvidas (PETEERS, 1998). “A família se constitui, portanto, o fator determinante para a detonação e manutenção- ou, ao contrário, para o impedimento do processo de integração” (GLAT; DUQUE, 2003, p.46).

A inclusão escolar do indivíduo portador de autismo pode trazer alterações no seio familiar, na medida em que o indivíduo está frequentando mais um grupo social e tendo a oportunidade de conviver com outros indivíduos. Os pais, por sua vez, passam a conviver com outros pais nesse novo universo, e a acreditar nas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem sistemática de seus filhos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA

O presente estudo se classifica como uma pesquisa de caráter documental, exploratória, descritiva, quantitativa e qualitativa. Além disso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo associada à análise bibliométrica por meio do uso das leis de Lotka, Bradford e Zipf. Este teve como Corpus as publicações na revista Movimento do período de 2001 até 2021, que apresentem a palavra-chave autismo e como tema. Além disso, as publicações selecionadas devem apresentar ainda conteúdo completo *on-line* e impresso disponível. A revista citada anteriormente é oriunda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sendo produzida pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança. Esta é responsável pela publicação de manuscritos originais que podem ser escritos nos idiomas: português, espanhol, inglês e francês. Quanto ao principal objetivo da mesma esta busca divulgar a produção científica nacional e internacional, sobre temas relacionados à Educação Física.

3.1.1 Pesquisa Documental

De acordo com Appolinário (2009), a pesquisa de caráter documental se restringe à utilização de documentos, utilizando apenas fontes como livros, revistas, documentos legais e/ou arquivos em mídia eletrônica. Este tipo de pesquisa geralmente pode ser confundido com a pesquisa de caráter bibliográfico, porém Oliveira (2007), afirma que a principal diferença entre estas é que na pesquisa bibliográfica existe a análise da contribuição de vários autores

sobre determinado tema, enquanto a pesquisa documental acaba por analisar materiais originais, ou seja, que ainda não receberam tratamento analítico.

3.1.2 Pesquisa Exploratória e Descritiva

A pesquisa exploratória é realizada por meio da exploração de ideias sobre determinado fenômeno estudado (CASTRO, 2006) enquanto a pesquisa descritiva tem como finalidade principal descrever as características de determinado objeto de estudo (GIL, 2002).

3.1.3 Pesquisa Quantitativa e Qualitativa

Quanto à abordagem esta pode ser classificada ainda como quantitativa e qualitativa. A pesquisa de caráter qualitativo busca entender os fenômenos, o que na maioria das vezes requer uma busca detalhada pela informação, o que faz com que a pesquisa não se restrinja a análise dos dados coletados, sendo a observação um fator importante nesse tipo de estudo. Já na pesquisa de caráter quantitativo há a ligação direta com a quantificação dos dados, no qual são realizados testes estatísticos para garantir se uma teoria é válida ou não (KNECHTEL, 2014).

3.1.4 Técnica de análise bibliométrica

Neste presente estudo é utilizada ainda a técnica de análise bibliométrica, que consiste em fazer uso de métodos quantitativos e estatísticos com o objetivo de identificar características comuns entre as publicações científicas (JUNIOR et al., 2016). Para isso foi realizada uma busca na quantidade de publicações contendo os termos ou palavras-chaves relacionadas a autismo na revista Movimento. Para isso não é levado em consideração à quantidade de ocorrências dos termos pré-definidos dentro de uma mesma publicação. Além disso, o levantamento de dados é realizado de forma longitudinal no período que vai de 2001 a 2021. O acesso às publicações do periódico em questão ocorreram após o envio de um *e-mail* solicitando autorização para liberação do acesso, que foi prontamente liberado de forma gratuita. Logo após, foi possível termos acesso de forma íntegra a todo conteúdo da revista por meio de um *link* que possibilitou a verificação de apenas 04 artigos contendo os termos ou palavras-chaves relacionadas a autismo.

3.1.4.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é considerada uma técnica bastante comum na investigação empírica na qual é responsável pela extração de informações como: palavras-chave, termos específicos, categorias e, etc. (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Bardin (2011, p. 47), define a análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Esse mesmo autor acredita que a análise de conteúdo compreende três etapas, sendo estas: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos dados e interpretação dos resultados. A primeira etapa consiste em formular os objetivos e escolher o objeto de estudo. Já na segunda etapa são definidas as categorias de registro e o material que será submetido a uma análise. E na última etapa realiza-se o desmembramento do texto nas categorias realizadas na segunda etapa.

Uma das grandes vantagens da análise de conteúdo está relacionada à captação de resultados de maneira mais rápida, além do acesso aos dados e da disposição dos mesmos de maneira mais sistemática (CARVALHO; FONTES; ARAÚJO, 2012). As etapas que foram adotadas no presente estudo foram propostas por Ziegler; Cullinan; Herman (2005), sendo estas:

- Levantamento bibliográfico de termos e palavras relacionadas com o objeto de estudo em questão;
- Identificação da quantidade de publicações acadêmicas e científicas da revista Movimento contendo os termos e palavras relacionadas ao tema;
- Análise de resultados sobre a quantidade de publicações, da revista citada anteriormente, contendo os termos e palavras definidos para o estudo.

3.1.4.2 Leis de análise bibliométrica

Para a realização da análise do periódico científico Movimento foram utilizadas técnicas bibliométricas e conceitos como as Leis de Lotka, Bradford e Zipf. Segundo Cândido et al. (2018), a Lei de Lotka também conhecida como Lei do Quadrado Inverso propõe que um número restrito de pesquisadores é responsável por uma grande produção em determinada área de conhecimento, enquanto vários outros pesquisadores produzem pouco em relação à mesma área. Com base nisso, foi criada a representação matemática deste princípio no qual a quantidade de publicações de artigos (representada pela letra n) é igual a $1/n^2$ dos autores que publicam somente um artigo. Enquanto isso por meio da Lei de Bradford é possível estimar o grau de relevância de periódicos que atuam em áreas do conhecimento específicas. Ainda de acordo com esse princípio:

a ordenação decrescente de produtividade de artigos de determinado assunto nos periódicos científicos possibilitara o estabelecimento de agrupamentos divididos de forma exponencial. O número de revistas em cada grupo será proporcional a $1: n: n^2$. Assim, por meio da medição da produtividade das revistas, é possível estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas.

No que tange a Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, analisa-se a frequência com que as palavras aparecem no texto, o que acaba por gerar uma lista de termos mais descritos sobre determinado tema (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra analisada compreende 04 artigos, referentes ao tema autismo. Estes são assinados por 09 autores, no periódico nacional Movimento, Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A

busca por estes artigos foi feita por meio de uma pesquisa no *site* da revista, no qual no campo assunto buscaram-se artigos referentes à palavra autismo. Com relação ao ano de publicação optou-se por artigos que estivessem sido publicados entre os anos 2001 a 2021. Através da análise de publicações na revista Movimento foi possível observar que estas tiveram início no ano de 2013. Logo após houve um período sem o registro de publicações, havendo uma nova demanda a partir do ano 2018, e em seguida foi registrado um crescimento na produção no ano de 2020, mostrando um aumento do interesse por essa temática. A partir das publicações encontradas foram elaboradas tabelas estruturadas com os seguintes campos: autor, participação nas publicações, ano de publicação, instituição vinculada à produção do artigo, palavras-chave e a frequência dos autores mais utilizados nas citações dos artigos. Como pode ser visto logo abaixo na Tabela 1 são descritos os títulos dos artigos que foram analisados assim como o ano de publicação dos mesmos.

Tabela 1 – Artigos analisados e ano de publicação

TÍTULO DO ARTIGO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Atividades lúdicas no meio aquático: possibilidades para a inclusão	2013
A brincadeira de faz de conta com crianças autistas	2018
A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo	2020
O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo	2020

Fonte: Dados da análise

Com base na Tabela 1 obtemos a descrição dos artigos que serão analisados e o ano de publicação dos mesmos. O artigo intitulado: “Atividades lúdicas no meio aquático: possibilidades para a inclusão”, publicado no ano de 2013 trata de um estudo realizado com 14 crianças que faziam parte da escola de educação infantil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dentre estas uma tinha diagnóstico de autismo. Este trazia como objetivo geral analisar a ação mediadora do professor e como ocorria a interação da criança autista com

os demais colegas. O artigo 2, cujo título é: “A brincadeira de faz de conta com crianças autistas” buscava compreender como ocorre este tipo de brincadeira com as crianças autistas. Este estudo contou com a participação de 17 crianças, sendo seis delas com autismo e uma criança com síndrome de *Down*.

Em 2020, o periódico publicou dois artigos cuja temática era o autismo, sendo o primeiro artigo “A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo”. Neste artigo participaram 20 jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo, e foram observadas as formas de linguagem produzidas e a maneira como estes indivíduos se manifestavam diante da cultura do hip hop. Por fim, o artigo denominado “O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo” buscou analisar três crianças com autismo em uma brinquedoteca, destacando sempre a forma como era realizado o movimento.

No que refere-se à distribuição dos trabalhos por ano de publicação na revista Movimento observa-se que no período em questão a primeira publicação relacionada ao autismo ocorreu no ano de 2013, o que representa 25% do número de publicações. Em 2018, mais um artigo foi publicado, também representando 25% dos artigos publicados e no ano de 2020 dois artigos foram publicados, o que indica que cerca de 50% dos artigos publicados ocorreram nesse ano. O baixo número de publicações observado no período reflete o que pode ser visto em outras revistas de Educação Física. Em uma pesquisa realizada no site de revistas como Revista Brasileira de Ciência e Movimento, no qual foram encontradas apenas 02 publicações sobre a temática (2019 e 2020) e as revistas Pensar a Prática e *Journal of Physical Education*, no qual não foram encontrados nenhum artigo sobre o autismo. Tais resultados foram encontrados através da busca com a palavra autismo nos *sites* de cada uma das revistas, levando em consideração o período de 2001 à 2021. Tentando compreender como o tema do autismo foi abordado nessas publicações. E tentando identificar se houve mudanças nesse entendimento ao longo dos tempos. Para que isso fosse possível buscamos apoio na análise de conteúdo de Bardin.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para facilitar o entendimento do conteúdo, trazemos na Tabela 2 as Principais definições e características do autismo de acordo com o que foi trazido em cada artigo.

Tabela 2 – Principais definições e características do autismo

Categoria	Sub-categoria	Unidades de sentido	Unidades de contexto
Transtorno do desenvolvimento	Associação com outras síndromes	Def. intelectual Síndrome comportamental Déficit interação social Déficit linguagem	Transtorno do desenvolvimento que geralmente está associado a outras síndromes e é facilmente confundido com deficiência intelectual. É descrito como uma síndrome comportamental e caracterizado por déficit na interação social, ou seja, dificuldade em se relacionar com o outro, déficit de linguagem e alterações de comportamento (ORRÚ, 2009).
Fenômeno multidisciplinar	Conjunto de sintomas qualitativos	- Crianças nos primeiros meses 30	“Fenômeno multidisciplinar caracterizado, primordialmente, por um

		<ul style="list-style-type: none"> - comunicação social - interatividade - comportamento 	conjunto de sintomas qualitativos que acomete as crianças, em geral, nos 30 primeiros meses de vida, no que tange à sua comunicação social, interatividade e comportamento” (SIEGEL, 2008).
Condição do desenvolvimento neurológico	Alterações no desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - comunicação social; - comportamentos repetitivos e estereotipados. 	“uma condição do desenvolvimento neurológico, caracterizado por uma alteração da comunicação social e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados” Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (2013).
Sem definições	Sem definições	Impulsividade e agitação motora	Peculiaridades no desenvolvimento do movimento, impulsividade e agitação motora.

Fonte: Dados da análise

Como visto na tabela acima, observamos que estes artigos trazem o autismo como um transtorno de desenvolvimento neurológico associado a outras síndromes. Dentre as principais manifestações estes destacam a dificuldade de

interação social, comportamentos repetitivos e estereotipados, além da dificuldade de comunicação. Um dos conceitos trazido pelo artigo “A brincadeira de faz de conta com crianças autistas” traz ainda que esta doença acomete principalmente as crianças. Os artigos trazem o autismo como transtorno multidisciplinar, condição do desenvolvimento neurológico, transtorno do desenvolvimento. Vale destacar que o artigo intitulado “O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo” não trouxe a definição do autismo, sendo encontradas apenas algumas características relacionadas à doença, como a dificuldade no desenvolvimento do movimento. Na Tabela 3 destacamos a forma como os artigos analisam que a Educação Física pode auxiliar no desenvolvimento do autista.

Tabela 3 – Visão de como a Educação Física pode auxiliar no desenvolvimento do autista de acordo com os artigos analisados

TÍTULO DO ARTIGO**PAPEL DO EDUCADOR FÍSICO
NO DESENVOLVIMENTO DO
AUTISTA**

Atividades lúdicas no meio aquático: Promoção de avanços significativos possibilidades para a inclusão no desenvolvimento dessas

crianças, desde a motricidade até a elaboração conceitual.

A brincadeira de faz de conta com Crucial ao planejar e orientar a crianças autistas atividade educativa com a criança,

atuando como mediador, incentivando-a a criar brincadeiras e permanecer no jogo imaginário, bem como apontando formas de enriquecer sua brincadeira.

A linguagem como instrumento de Proporcionou momentos de inclusão social: uma experiência de reconhecimento social, bem como

ensino do hip hop para jovens e adultos de protagonismo e valorização de com deficiência intelectual e autismo sua juventude.

O movimento e a emergência do jogo Auxiliou na maior interação social e de papéis na criança com autismo no desenvolvimento da linguagem verbal.

Fonte: Dados da análise

Nos artigos observamos que o papel do professor de Educação Física é de extrema importância no trabalho com a pessoa autista, pois como exposto na tabela acima este profissional é responsável por auxiliar no desenvolvimento da comunicação e interação social, além de atuar como mediador nas atividades com os demais colegas. Como forma de auxiliar nesse processo os artigos relataram que faziam uso de estratégias como: música, dança, natação e por meio do ato de brincar.

4.2 ANÁLISE DE LOTKA

Para a aplicação da análise de Lotka leva-se em consideração os autores que publicaram na revista Movimento no período de 2001 a 2021. Como dito anteriormente, durante esse período foram encontradas 04 publicações, assinadas por 09 autores distintos, apresentando um total de 15 participações. Por meio da Teoria de Lotka, podemos definir os autores que realizaram mais publicações na revista. Na tabela 3 constam os autores mais produtivos segundo os critérios de Lotka.

Tabela 4 – Autores dos artigos analisados e participação nas publicações

AUTORES	PARTICIPAÇÃO NAS PUBLICAÇÕES
CHICON, José Francisco	04
SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de	03
FONTES, Alayne Silva	01
OLIVEIRA, Ivone Martins de	02

SIQUEIRA, Mônica Frigini	01
SANTOS, Rosely da Silva	01
CARVALHO, Ingrid Rosa	01
PESSOA, Daiane Matheus	01
KLEIN, Joyce	01

Fonte: Dados da análise

Diante disso, observa que o autor mais produtivo Chicon representa apenas 11,11% dos autores. Em contrapartida é o autor mais produtivo sendo responsável por 100% das publicações. Logo após a autora Silva de Sá, participa de 03 das publicações analisadas, o que representa 75% de participação.

Definem-se como autores mais produtivos os 20% dos autores responsáveis por 80% das publicações. Sendo assim, os 09 autores que publicaram na revista representam 100% dos artigos publicados no período, sendo 1,8 autores representaria 20%. Como forma de facilitar o cálculo levamos em consideração que seriam dois autores responsáveis por 20% das publicações. Dito isto, os 20% dos autores mais produtivos são responsáveis por 07 participações nas publicações.

De acordo com a lei de Lotka 20% dos autores mais produtivos deveriam ser responsáveis por 80% das publicações. Para chegar a isso utiliza-se o seguinte cálculo: somatória da produção dos 20%, dividido pela quantidade dos que produziram no período e multiplica-se o resultado por 100, verificando o valor correspondente ao percentual do que foi produzido. Assim dividimos 07 por 09 e logo após multiplicamos por 100, resultando em 77,77%. Tal resultado demonstrou estar muito próximo aos 80% do que preconiza a Lei de Lotka. Na Tabela 5 podemos classificar a participação dos autores na produção dos artigos com relação ao gênero.

Tabela 5 – Participação dos autores com relação ao gênero

ARTIGO	GÊNERO	
	FEMININO	MASCULINO
Atividades lúdicas no meio aquático: 02	01	possibilidades para a inclusão
A brincadeira de faz de conta com crianças 03	01	autistas

A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo	04	01
O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo	02	01

Fonte: Dados da análise

Através da Tabela 5 podemos verificar que todas as publicações contam com a maioria dos autores sendo do gênero feminino, demonstrando que há uma grande participação das mulheres na elaboração dos artigos analisados.

Tabela 6 – Análise do gênero quanto à autoria principal dos artigos

ARTIGO	AUTOR PRINCIPAL
Atividades lúdicas no meio aquático: possibilidades para a inclusão	CHICON, José Francisco
A brincadeira de faz de conta com crianças autistas	CHICON, José Francisco
A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo	CARVALHO, Ingrid Rosa
O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo	CHICON, José Francisco

Fonte: Dados da análise

Apesar de grande parte das autoras dos artigos serem do gênero feminino, como observado na Tabela 5; na Tabela 6 identificamos que quando trata-se de autoria principal em três artigos analisados este é composto de um mesmo autor, CHICON, José Francisco, sendo este responsável pela maior parte dos artigos analisados.

4.2 ANÁLISE DE ZIPF

Através da análise da lei de Zipf é possível fazer o ranqueamento das palavras-chave mais usadas nas publicações, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Palavras-chave e a frequência com que foram utilizadas

PALAVRA-CHAVE	FREQUÊNCIA QUE FOI CITADA
Educação Física	04
Equidade	01
Natação	01
Transtorno autístico	03
Desenvolvimento infantil	01
Jogos e brinquedos	01
Criança	01
Dança	01
Pessoas com deficiência	01
Inequidade social	01

Fonte: Dados da análise

Nos artigos analisados foram encontradas 16 palavras-chave, destas apenas duas foram usadas de forma mais recorrente nos artigos. Sendo dois termos dos mais citados utilizados, Educação Física citada como palavra-chave quatro vezes e transtorno autístico citado três vezes, enquanto os demais termos foram citados apenas uma vez.

Na tabela 8 é possível observar a frequência com que as palavras chaves foram utilizadas em associação ao período de publicação do artigo.

Tabela 8 – Palavras-chave utilizadas de acordo com o ano de publicação do artigo

PALAVRA-CHAVE	Abr./jun.	Abr./jun.	Mar.	Maio
	2013	2018	2020	2020
Educação Física	01	01	01	01
Equidade	01			
Natação	01			

Transtorno autístico	01	01	01
Desenvolvimento infantil			01
Jogos e brinquedos		01	
Criança		01	
Dança			01
Pessoas com deficiência			01
Inequidade social			01

Fonte: Dados da análise

A palavra-chave Educação Física é a palavra mais frequente dentre os artigos analisados, estando presente em todos os anos em que houve publicações. Apenas o período referente a março de 2020 apresenta o menor índice de citação das palavras-chave que representam a elite pelo critério de Zipf.

4.4 ANÁLISE DO ARTIGO POR MEIO DA FILIAÇÃO DOS AUTORES

Em relação à filiação dos produtores dos artigos analisados da revista Movimento, observou-se que estes autores estão ligados a 04 instituições, como observado na Tabela 9.

Tabela 9 – Análise do vínculo dos autores a instituição a qual pertencem

INSTITUIÇÃO	FILIAÇÃO DOS AUTORES
UFES	07
Prefeitura Municipal de Vitória	01
Faculdade Novo Milênio	01
Secretaria Municipal de Educação de Cariacica	01

Fonte: Dados da análise

Vale a pena destacar que todos os artigos em questão foram produzidos pela mesma instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na cidade de Vitória. Sendo um dos artigos produzido em associação a Prefeitura Municipal de Vitória e com a Faculdade Novo Milênio e

outro foi produzido em associação a Secretaria Municipal de Educação de Cariacica.

4.5 ANÁLISE DE PRICE PARA CITAÇÕES

Por meio da análise de Price é possível analisar os autores mais citados nas publicações em questão. Na tabela 10 está representada a lista com os autores mais citados seguido da frequência com que essas citações ocorrem.

Tabela 10 - Autores mais citados e a frequência das citações

AUTORES	FREQUÊNCIA DA CITAÇÃO
VIGOTSKI, L. S.	35
CHICON, J. F.	06
LEONTIEV, A. N.	04
WALLON, H.	04
ZENI, B.	04
BAKHTIN, M.	03
BROUGÈRE, G. 03 CARMO, A. A. 03	
CRUZ, M. N.	03
ELKONIN, D. B.	03
FALKENBACH, A. P.; DIESEL, D.;	03
OLIVEIRA, L. C.	
LEBOYER, M.	03
SANTOS, E. C.	03
SAWAIA, B. 03 BARDIN, L. 02	
CHIOTE, F. A. B.	02
FERNANDES, J. R. P.; LOBO DA COSTA, P. H.	02
GARANHANI, M. C.; NADOLNY, L. F.	02
GOÉS, M. C. R.	02
ORRÚ, S. E.	02
SÁ, M. G. C. S.; SIQUARA, Z. O.;	02
CHICON, J. F.	

VIANNA, H.	02
ALVES, V. C.	01
AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION	01
ANDRÉ, M. E. D. A.	01
BAGAROLLO, M. F.; RIBEIRO, V. V.; PANHOCA, I.	01
BARBIER, R.	01
BARBOSA, M. O.	01
CASTRO, G. S.; PANHOCA, I.; ZANOLLI, M. L.	01
CORREIA, A. M.; SILVA, C. A. F.; FERREIRA, N.	01
SIEGEL, B.	01
DAMASCENO, L. G.	01
DAYRELL, J.	01
EMILIANO, J. M.; TOMÁS, D. N.	01
FALKENBACH, A. P.	01
GARANHANI, M. C.	01
MARTINS, L. M.	01
GOMES; LIRA	01
KISHIMOTO, T. M.	01
LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A.	01
MARTINS, A. D. F.; GÓES, M. C. R.	01
MOLINA, R. K.	01
NEGRINE, A. S.; MACHADO, M. L. S.	01
OLIVEIRA; SILVA	01
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE	01
RECKZIEGEL, A. C. C.; STIGGER, M. P.	01
SÁ, M. G. C. S.	01

SANCHES, I. R.; SIQUEIRA, L. P. C.	01
SIEGEL, B.	01
SOARES, D. B.	01
UNESCO	01
VICTOR, S. L.	01

Fonte: Dados da análise

Com base nos dados da tabela acima observamos que apesar do grande número de autores citados nos artigos uma pequena parte destes havia sido citado com maior frequência. No geral foram citados 52 autores, sendo 126 citações no decorrer dos artigos analisados. Desta forma, identificamos que o autor mais citado dentre os artigos analisados foi o Vigotski, L. S., sendo sua citação utilizada cerca de 35 vezes. Fazem parte dos autores mais citados: VIGOTSKI, Lev Semionovitch; CHICON, José Francisco; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; WALLON, Henri Paul Hyacinthe; ZENI, B.; BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich ; BROUGÈRE, Gilles; CARMO, Apolônio Abadio; CRUZ, Maria de Nazaré; ELKONIN, Daniil Borisovich; FALKENBACH, Atos Prinz; DIESEL, Daniela; OLIVEIRA, Lidiane Cavalheiro; LEBOYER, Marion; SANTOS, Emilene Côco; SAWAIA, Bader. A tabela 11 nos traz um breve resumo sobre os artigos analisados e a forma como o tema autista foi tratado.

Tabela 11 – Breve resumo dos artigos analisados

Artigo	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONSIDERAÇÕES
Atividades envolvendo uma apegando apenas mediadora e meio criança com um dos facilitadora do aquático: autismo inserida pesquisadores, professor e da possibilidades em uma turma preferindo em música que para a de ensino alguns momentos auxiliaram no inclusão regular ficar apenas com processo de ensino-			
		ele;	aprendizagem da
	Atividades		com criança autista.
		música causaram	

a aproximação da
criança autista com
os colegas

A brincadeira Estudo de caso Através da A brincadeira é uma
de faz de com dez brincadeira de jogo grande possibilidade com
conta crianças com imaginário, de desenvolvimento
crianças desenvolvimento verificou-se a da criança com típico,
autistas seis com experiência da autismo e o papel do autismo e uma
criança com os professor é crucial ao com síndrome
conteúdos planejar e orientar a

de *Down*. midiáticos; atitudes atividade educativa
que refletem maior com a criança,
autonomia; além mediando sua do relação
com as
desenvolvimento demais,
do pensamento incentivando-a a criar
abstrato e brincadeiras e generalizante.
permanecer no jogo
imaginário, bem
como apontando
formas de enriquecer
sua brincadeira.

A linguagem Estudo como
qualitativo com
instrumento 20 pessoas com
de inclusão idades entre 16
social: uma e 60 anos,
com experiência deficiência
de ensino do intelectual e hip
hop para autismo, jovens e
matriculados no adultos com
projeto de

Os alunos A realização do rap produziam
rimas à favoreceu a inclusão sua maneira,
por e a participação ativa meio de sons de
todos nas emitidos com a atividades.
boca, palavras que Contribuição da para
eles eram busca da autonomia
significativas, ou e protagonismo dos
gestos que alunos realizavam ao

deficiência extensão: segurar o intelectual e “Prática
microfone e autismo pedagógica de balançar
o corpo

educação física no ritmo.
adaptada para Possibilidade de
pessoas com registro de suas deficiência
internalizações por
meio do grafite.

O movimento Pesquisa de Na brinquedoteca Necessidade de e a campo em
uma alguns elementos técnicas que emergência brinquedoteca diferenciavam
a aumentem o do jogo de universitária que movimentação interesse e a
atenção

papéis na atende a corporal; duas das aos brinquedos e às
criança com crianças de 3 a 6 crianças brincadeiras.
autismo anos, com e sem demonstravam É um desafio realizar
deficiência. interesse; o jogo protagonizado
dificuldade de com a criança autista
interação e de haja vista que esta
comunicação oral, apresenta em
algumas movimentos restritos
situações apenas e de ausência de
vocalizava; linguagem verbal; Apenas
uma das
crianças
apresentava
riqueza de
movimentação
corporal e linguagem
oral desenvolvida.

Fonte: Dados da análise

Dessa forma, por meio da análise da tabela acima podemos observar que todos
os artigos destacam a importância da atuação do professor no trabalho com a

pessoa com TEA. Este é responsável não apenas pelo ensino do aluno com autismo, mas pela inclusão deste junto aos demais colegas e por auxiliar no processo de adaptação. Podemos observar ainda que nos artigos citados diferentes estratégias foram utilizadas como meio de promover a inclusão dos alunos autistas, utilizando estratégias com o auxílio de música, dança, natação e até mesmo através da brincadeira. Com isso, percebemos que o professor acaba sendo um mediador/facilitador em todo o processo de ensino-aprendizagem, buscando sempre novas estratégias que promovam cada vez mais a inclusão destes indivíduos, não apenas em sala de aula, mas que estes possam se sentir inseridos na sociedade de maneira geral. Ressaltamos ainda que todos os artigos analisados destacavam a importância da realização de oficinas, cursos de capacitação e formações complementares pelos professores, a fim de buscar melhores resultados no trabalho com o indivíduo com autismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pudemos verificar o quanto foi importante o uso das ferramentas de análise bibliométrica na quantificação e qualificação dos trabalhos analisados da revista Movimento por meio da análise de conteúdo. Tal análise nos possibilitou verificar que todos os trabalhos analisados fizeram referência à importância do papel do professor no trabalho com as crianças autistas.

Conforme debatido no estudo em questão o autismo é considerado como uma síndrome neurológica e que apresenta diversos sintomas, causando principalmente dificuldades de interação social, que causam na maioria das vezes a exclusão de pessoas com essa doença no meio em que frequentam. A atitude de dificuldade de interação social é bastante frequente entre os autistas, principalmente quando estes frequentam as escolas, pois por ser um ambiente

estranho para eles estes acabam por se retraírem ainda mais. Dessa forma, a inclusão de crianças com TEA nas escolas, principalmente regulares, vai muito além da presença da criança em sala de aula, devendo os profissionais do ambiente escolar buscar estratégias que possam facilitar esse processo de inclusão da mesma.

Como observamos no presente estudo a criança que realmente está incluída no meio escolar em que frequenta apresenta melhorias no seu desenvolvimento. Sabemos que esta não é uma tarefa fácil, mas para isso faz-se necessário que haja o apoio e o comprometimento de toda a rede escolar e dos familiares. Na escola o professor desempenha o papel principal em todo esse processo e para que haja melhores resultados é de grande valia que este adequa, e se necessário modifique suas ações pedagógicas a fim de incluí-los de maneira mais efetiva nas aulas.

Com o passar dos anos fica perceptível que algumas políticas públicas têm surgido como forma de auxiliar no processo inclusivo de pessoas com autismo na sociedade. Destacamos que ainda são necessárias a adoção de medidas que contribuam cada vez mais para tal objetivo, porém acreditamos que tais ações tem melhorado com o decorrer do tempo.

Por tratar-se de um assunto relativamente novo, muitos profissionais não sabem como devem proceder em casos em que haja alunos com TEA. Para isso, faz-se necessário que haja maiores investimentos em formações acadêmicas e/ou continuadas, de modo que estes possam adquirir conhecimentos para tratar esses alunos da melhor forma possível e assim trabalhar o desenvolvimento de suas potencialidades. Destacamos que apesar da revista em questão ser classificada Qualis A2, sendo um periódico considerado de excelência internacional, poucos estudos puderam ser encontrados que tivessem como tema o autismo. Tal fato nos leva a expor a importância da realização de mais estudos sobre o tema, haja vista que esta é uma doença que cada vez mais vem sendo diagnosticada e que o conhecimento a respeito da mesma afeta diretamente na forma como ocorre o desenvolvimento do indivíduo.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5- 5. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.**
Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F. B., CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** – Transtornos Globais do Desenvolvimento. Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 9, 2010. Disponível em: Acesso em: 21 abr.2017

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física Escolar: Uma proposta de Diretrizes Pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 1; n. 1; p. 73-81, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Centros Especializados em Reabilitação – CER.** 2017.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do espectro autista, 2012.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

CÂNDIDO, R. B.; GARCIA, F. G.; TAMBOSI FILHO, E. Lei de Lotka: um olhar sobre a produtividade dos autores na literatura brasileira de finanças Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, n. 53, p. 01-15, set./dez., 2018.

CARVALHO, A. A.; FONTES, M. B. ARAÚJO, E. A. T. Análise de conteúdo e bibliométrica dos artigos publicados na revista OIKOS nos últimos 10 anos. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.2, p. 329, 2012.

CASTRO, C.M. **A Prática da Pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2006.

FERNANDES, F. Educação física e inclusão escolar. **Efdeportes**, Buenos Aires, v. 8, n. 51, p. 1-13, jan. 2015. Disponível em:
<<http://www.efdeportes.com> > Acesso em: 18 jun. 2021.

FLORIAN, L.; TILSTONE, C.; ROSE, R. **Promover a educação inclusiva.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas do desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, [S.l.], v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil

(1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/09.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: **Encontro Nacional De Ciência Da Informação**, 6., 2005, Salvador. Anais..., Salvador, 2005. p. 1-18. Disponível em: <http://www.cinformanteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf> Acesso em: 19 jun 2021.

GLAT, R.; DUQUE, M. A. **Convivendo com filhos especiais**: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

HILL, A. P.; ZUCKERMAN, K. E.; FOMBONNE, E. Epidemiology of autism spectrum disorders. In: VOLKMAR, F. R. et al. (Ed.). Handbook of autism and pervasive developmental disorders. **New Jersey**: John Wiley & Sons, 2014. p. 13-22.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry, [S.l.]**, v. 28, n.1, maio, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbhCsndB9Sf5ph5KBYGD/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 15 jun. 2021.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LOPES, A. R. U. Os reflexos da implantação do balanced scorecard no desempenho organizacional: estudo de caso da degrémont tratamento de águas ltda. 2011. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12596> Acesso em: 14 jun. 2021.

Manual diagnóstico e estatístico de transtorno 5 DSM-5 / [American Psychiatric Association, Porto Alegre: Artmed, 2014.

OLIVEIRA, B. D. C.; FELDMAN, C.; COUTO, M. C. V.; LIMA, R. C. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 707-26, 2017.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo: Aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes Cap. 2. ed., Vozes: 2016.

PAULO, M; NARA, D. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do IDEAU**, Alto uruguaia, v. 7, n. 15, p. 1-13, jan. 2012. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf> Acesso em: 16 jun. 2021.

PEETERS, T. **Autismo**: entendimento teórico e intervenção educacional. Rio de Janeiro. Editora Cultura Médica, 1998.

PERISSINOTO J. Diagnóstico de Linguagem em crianças do Espectro Autístico. In: FERREIRA, L. P.; BEFI-LOPES, D. M.; LIMONGI, S. C. O. (Org). **Tratado de fonoaudiologia**. Roca, São Paulo, 2004: 933-940.

PIRES, J. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, L. A. R. et. al. [orgs.]. **Inclusão compartilhando saberes**. Petrópolis – Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2006.p.78-94. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/621_435.pdf> Acesso em: 15 jun. 2021.

SCHÜLER-FACCINI, L.; SANTOS, P. A.; LONGO, D.; BRANDALIZE, A. P. MTHFR C677T is not a risk factor for autism spectrum disorders in South Brazil. Departamento de Genética, Universidade Federal do Rio Grande do Si, Brasil. **Psychiatric Genetics**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 487-90, 2010.

SIEGEL, B. **O mundo da criança com autismo**: compreender e tratar perturbações do espectro do autismo. Porto: Porto, 2008.

SILVA, T. N. **O trabalho de profissionais da educação física com alunos com autismo**: revisão de literatura. 2013. 56 f. TCC (Graduação) - 22 Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUSA, E. C.; LIMA, F. T.; TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; AZEVEDO, M. F.; CHIARI, B. M. A associação entre a suspeita inicial de perda auditiva e a ausência de comunicação verbal em crianças com transtorno do espectro autístico. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, São Paulo, v.14, n.3, p.487-90, 2009.

SOUZA, A. J.; PASSOS, C. M. B.; LISBOA, G. S.; SOUSA, L. S.; CARNEIRO, T. C. B. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso** . Cairu, Bahia, p.111-222, 2009.

Disponível em:

<http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/inclusao_crianças_port_nec_especiais.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; BRASÍLIA, M. C. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v.13, n.3, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsbf/a/4R3nNtz8j9R9kgRLnb5JNrv/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 13 jun. 2021.

TOMÉ, M. C. Educação Física Como Auxiliar no Desenvolvimento cognitivo e Corporal de Autistas. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 11, p.1-18, dez. 2007.

VELTRONE, A. A. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2990?show=full>> Acesso em: 13 jun. 2021.

ZIEGLER, D. R.; CULLINAN, W. E.; HERMAN, J. P. Organization and regulation of paraventricular nucleus glutamate signaling systems: N-methyl-Daspartate receptors. **Journal of Comparative Neurology**., [S.l], v. 484, p. 43– 56, 2005.